

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem)

1

Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem)	Emendas – CDH
	Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º Esta Lei altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.	
		Emenda nº 1 Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, a seguinte redação:
	Art. 2º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 2º
Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.	“ Art. 2º	
Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.	Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras e estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento, preferência ou prioridade às pessoas de que trata o art. 1º.”(NR)	Parágrafo único. É assegurada preferência ou prioridade às pessoas de que trata o art. 1º, naquelas instituições financeiras e estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento e nas quais a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência.”
		Emenda nº 2 Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, a seguinte redação:
	Art. 3º O art. 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:	

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem)

2

Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem)	Emendas – CDH
Art. 6º A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis:	“ Art. 6º	“ Art. 6º
..... III – no caso das instituições financeiras, às penalidades previstas no art. 44, incisos I, II e III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
	IV – no caso dos estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento, à multa correspondente a 10 (dez) vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.	IV – no caso dos estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento, à multa correspondente a 10 (dez) vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.
Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.”(NR)”(NR)
	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	